

Revista **Toque Solidário**

Brasília - DF · Ano III · Edição nº8 · Agosto a Novembro/2016



FOTO: MATHEUS OLIVEIRA/AGÊNCIA SAÚDE

Banda Maluco Voador

Cantando e dançando eles animam a vida e os frequentadores do CAPS II do Paranoá / DF

PRÁTICAS

Mobilidade é um desafio para as pessoas com deficiência que ainda convivem com portas fechadas e falta de acesso

EVENTOS

Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno toma posse e lidera ocupação de espaço para criar o Centro Público do setor



PORQUE VOCÊ MERECE

Aplicação financeira com os melhores juros.
Empréstimos com as melhores taxas e prazos.



COOSERVCRE

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA.

SHS Qd. 1 Bl A, Lj. 36/7 Galeria do Hotel Nacional
Brasília-DF Tel/fax: 61 - 3226 3321

EVENTOS

6/8. Ações do Conselho Distrital de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos



FOTO: AGÊNCIA BRASÍLIA

6 Posse da nova gestão CDPDDH

10. OCDF-SESCOOP/DF :

- Berço Solidário ajuda mães carentes;
- Clube de corridas cooperativistas.

OPINIÃO

11. Haroldo Mendonça:
Artigo: Economia Solidária no Distrito Federal - Algumas questões para o debate

OPORTUNIDADES



FOTO: DIVULGAÇÃO

12 Arte e alimentos nas feiras populares do DF

PANORAMA COOPERATIVO

16/17. Saúde Mental no DF – CAPS II do Paranoá

18. Banda Maluco Voador



FOTO: LANIÉR ROSA

19 Ecolavagem de carros no CAPS II do Paranoá



FOTO: DIVULGAÇÃO

9 Centro Público de Economia Solidária será ponto de apoio aos grupos produtivos

MEIO AMBIENTE

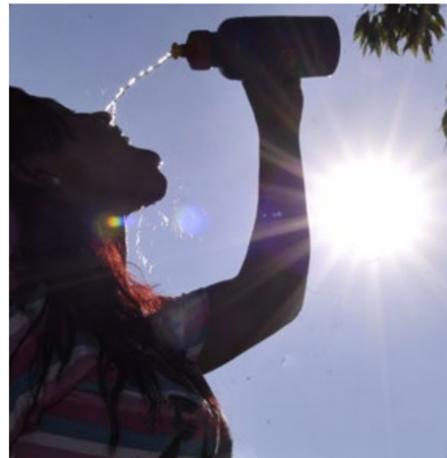


FOTO: RENATO ARAUJO

20 Brasília em clima de deserto

CAMINHO DAS PEDRAS

22. Livro: Comércio Justo no Brasil e na América Latina

PONTO DE VISTA

23. Eustáquio Santos:
Artigo Microcrédito e apoio governamental

ENTREVISTA

24. Ana Luisa Lamounier –
Diretora de Saúde Mental do Disam da Secretaria de Saúde do GDF

PRÁTICAS



FOTO: LUISA DANTAS

26 Dificuldade de acesso para as pessoas com deficiência

LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

30. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Como funciona na prática?

Entre os valores democráticos e mercantis

Na sociedade cooperativa e na mercantil, temos diferenças baseadas em princípios que norteiam as duas formas de organização dos trabalhadores. No cooperativismo o homem é o principal impulsor. Já a sociedade mercantil é movida pelo capital. O compromisso da cooperativa é educativo, social e econômico. O compromisso da mercantil é apenas econômico.

O cooperado é sempre dono e cada um conta com um voto na assembleia. Na sociedade mercantil cada cota vale um voto na assem-

bleia, onde o sócio pode ter mais de uma cota. Portanto, se na cooperativa o controle é democrático, no mercantil o controle é financeiro e funciona hierarquicamente.

A cooperativa é aberta a novos cooperados, enquanto a mercantil limita a quantidade de acionistas. A cooperativa valoriza o trabalhador e cria condições de trabalho, enquanto a mercantil contrata o trabalhador como força de trabalho.

A cooperativa defende o preço justo e a mercantil defende o maior preço. A cooperativa promove a in-

tercooperação. A mercantil promove a concorrência.

Os integrantes do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno vivem este princípio cooperativo. Juntos estão empenhados na organização do Centro Público de Economia Solidária. Eles já ocuparam a antiga galeria do Trabalhador no Setor Comercial Norte. Esse será um espaço de articulação, promoção e inclusão produtiva. Os produtos e serviços dos grupos participantes serão exibidos e comercializados. Todos ganharão.

Expediente

Revista Toque Solidário é uma publicação da Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília – Ltda. Faz parte do programa de promoção do intercâmbio de experiências, objetivando promover o fortalecimento do cooperativismo e sua integração com os movimentos e as instituições que defendem a Economia Solidária.

Diagramação e arte final:
Carcará Editora Produções
Saber Ltda - ME
Julia Oga

Edição:
Teresinha Pantoja – Jornalista RP 4104 DRT/DF

Jornalistas:
Laniér Rosa - (MTB 10745/DF);
Luísa Dantas - (MTB 0010805/DF);
Menezes y Morais - (RP 740/DF);

Colaboradores nesta edição:
Eustáquio Santos
Haroldo Mendonça

Revisão: Kíssila Vasconcelos

Fotografias:
Laniér Rosa e Luísa Dantas

Editora:
Carcará Editora Produções
Saber Ltda - ME

Periodicidade:
Quadrimestral (abril, agosto e dezembro)

Circulação:
Distrito Federal e Entorno

Tiragem:
10 mil exemplares

Impressão:
H.E Soluções Gráficas Ltda – ME

Endereço:
SHS - Q. 01 - Conjunto A - Lojas 36/37
Galeria do Hotel Nacional - Brasília/DF
CEP: 70.322-900

Informações:
E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com
Site: www.ecosolbasebrasil.com.br
Telefax: (61) 3202.7550
Celular: (61) 9618.7639

Redação / Comercial:
revistatoquesolidario@gmail.com



Nova gestão do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos já trabalha a pleno vapor

Conselheiros do CDPDDH foram empossados pelo Secretário da SEDESTMIDH/GDF, Joe Valle

Na data em que se comemora o Dia do Orgulho LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex), em 28 de junho, tomaram posse os novos integrantes do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDDH para o biênio 2016-2018, em evento ocorrido no Salão Nobre do Palácio do Buriti.

Os conselheiros foram empossados pelo secretário do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Joe Valle. “Vivemos uma época de transição da democracia representativa para a democracia participativa e o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos é um instrumento de participação popular nas políticas públicas”, afirmou Valle.

Trinta e duas pessoas fazem parte, agora, do Conselho, com mandato de dois anos. São 16 representantes do poder público, designados pelo órgão em que trabalham, e 16 de entidades da sociedade civil, eleitos durante as Conferências Distritais de Direitos Humanos, ocorridas em 11 e 12 de março deste

ano. Uma semana depois, também foram eleitos o presidente, representante da sociedade civil, e o vice-presidente, representando o poder público, encabeçados por Michel Platini e Coracy Chavante, respectivamente.

Participaram da solenidade a secretária da Segurança Pública



Dep. federal Érika Kokay (PT/DF) - “Essa luta é importante porque vivemos em um mundo que precisa valorizar o ser humano”

e da Paz Social, Márcia de Alencar Araújo; a secretária adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Vera Lúcia da Silva; o subsecretário de Políticas de Direitos Humanos, Coracy Coelho Chavante, conselheiro representante do poder público; o presidente da ONG Estruturação, Michel Platini Fernandes, conselheiro representante da sociedade civil; e a deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

Para a deputada federal Érika Kokay, o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos assume papel muito maior além de fiscalizar e proteger os direitos humanos, como disseminar uma cultura de paz e respeito ao próximo, principalmente em relação às crianças, que ainda estão em fase de formação de opinião. “As pessoas precisam entender que direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião etc. E é por isso que essa luta é tão importante, porque vivemos em um mundo que parece ter se esquecido da valorização do ser humano”.

MANDATO E PROPOSTAS

O Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos é vinculado administrativamente à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH, mas com atuação independente. Entre outras atribuições, cabe ao Conselho investigar violações aos direitos humanos, receber e encaminhar às autoridades representações de qualquer pessoa ou entidade que se sinta privada de direitos individuais ou coletivos, estudar e propor soluções de ordem geral para problemas referentes aos direitos humanos e fiscalizar políticas públicas na área.

Focar na proposição, aplicação e monitoramento de políticas públicas é uma meta de destaque para Michel Platini, representante da sociedade civil que assumiu a presidência do CDPDDH: “Nesse pouco tempo que assumimos, já aprovamos dez resoluções; realizamos uma audiência pública; três reuniões do Conselho; e já encaminhamos mais de 60 ofícios para autoridades com vistas a encaminhar, apurar, abrir sindicâncias e outras ações diversas que visam proteger os direitos humanos”, explica.

Para Coracy Chavante, vice-presidente, representante do poder público, fortalecer os debates sobre temas relacionado aos direitos humanos, como identidade de gênero,

políticas públicas de gênero e raça e atuar como articulador de medidas que garantam a inclusão e a diversidade são tarefas fundamentais do Conselho. “Outra temática, também, é atuarmos na questão da diversidade religiosa, da laicidade no estado, devido a uma forte tentativa cada vez mais frequente de aparelhamento do Estado por organizações religiosas. Além disso, o Conselho tem que atuar na estruturação de políticas de direitos humanos em duas frentes: articulação de políticas públicas e enfrentamento a violações de direitos humanos, como estabelecer um fluxo de atuação no sistema prisional e começar a discutir a criação de um sistema distrital de combate à tortura no DF”, analisa.

PERFIL



MICHEL PLATINI
Presidente CDPDDH

Esta é a segunda vez que assume a presidência do CDPDDH – a primeira, porém, assumiu interinamente por alguns meses, sendo

SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO EM PROL DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO DF

Michel Platini, presidente do Conselho e representante da sociedade civil - é brasileiro, tem 33 anos e já milita pelos direitos humanos, principalmente LGBT, desde a adolescência.

Esta é a segunda vez que assume a presidência do CDPDDH – a primeira, porém, assumiu interinamente por alguns meses, sendo

vice-presidente à época. Para ele, atuar no Conselho transmite uma mensagem forte, de que as pessoas não estão sozinhas e que há uma entidade que realmente busca a valorização e o respeito aos direitos do ser humano.

Para os próximos meses, Michel está empenhado em fortalecer a luta em prol dos direitos humanos porque, segundo ele, vive-se uma onda de fascismo marcante na sociedade brasileira e no mundo como um todo. A solução é o diálogo. E um dos principais projetos no qual Michel atuará

é desenvolver um projeto, nos próximos anos, nas escolas do Distrito Federal para dialogar com alunos que estão iniciando até os que já estão finalizando os estudos, com o intuito de estabelecer uma cultura de direitos humanos. “É muito mais fácil trabalhar isso com aqueles que ainda estão em formação do que com quem já tem uma ideia e uma convicção formada”, explica Michel. Ele aproveita e cita Nelson Mandela, que afirmava que “ninguém nasce preconceituoso; aprendemos a ser assim”.



CORACY CHAVANTE
Vice-presidente CDPDDH

Coracy Chavante, 33 anos, ocupa o cargo de vice-presidente do CDPDDH – representando o poder público –, é subsecretário de políticas de direitos humanos na SEDESTMIDH,

e também militante dos direitos da criança e do adolescente. A vida de militância começou anos atrás, ao coordenar o projeto Coletivo da Cidade, entidade sem fins lucrativos situada na Cidade Estrutural (DF), que visa, por meio de atividades educativas e artísticas, maior inserção e convivência comunitária, além de transformação social. Para Coracy, a compreensão de que

a melhoria de vida das crianças e dos adolescentes atendidos pelo programa era, na verdade, uma garantia de direitos, e não caridade. “Percebi que para mudar a realidade dessas pessoas era necessário um movimento que mudasse as estruturas: maior militância nos espaços de fóruns, conselhos e organizações voltadas aos direitos humanos, por exemplo.

AÇÕES DO CDPDDH

No dia 1º de julho, o presidente do Conselho de Direitos Humanos do DF, Michel Platini, participou de audiência com a procuradora dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Débora Duprah, e a deputada Erika Kokay para denunciar a situação dos líderes do Movimento de Resistência Popular (MRP), presos durante a operação no Hotel Torre Palace, que estão no Complexo da Papuda.

Já em 5 de julho, Platini protocolou representação do CDPDDH na Casa Civil do Distrito Federal para investigar episódio de violência com conotação homofóbica no shopping de Santa Maria.

No dia 14 de julho, o Sindicato dos Professores no DF (Sinpro/DF) realizou o “Dia de Luta contra

a Mordaza”, momento em que profissionais da educação, estudantes e a comunidade escolar se mobilizaram contra a censura e a favor do direito de desenvolver a aprendizagem. A manifestação contou também com tuitaço e audiência pública, realizada pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDDH, no Centro de Ensino 6 de Ceilândia, escola onde a deputada Distrital Sandra Faraj quis impor censura a um professor.

Já em 27 de julho, o Conselho convidou a Casa Civil, a Secretaria de Justiça e Cidadania, a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, a Coordenação

Nacional do Programa de Proteção a Vítimas, Testemunhas e Ameaçadas, a Coordenação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e o Centro Popular de Formação da Juventude – Vida e Juventude – para audiência pública, que acontece em 9 de agosto, às 9h, no auditório da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para tratar da situação dos programas de proteção às pessoas ameaçadas de morte no Distrito Federal.



FOTO: JOAQUIM ALBERTO

Realização de Audiência Pública em 9 de agosto sobre programas de proteção às pessoas ameaçadas de morte.

Alunos e professores do Centro de Ensino 6 da Ceilândia/DF recebem integrantes do CDPDDH para falar sobre Escola sem partido em Audiência Pública realizada no local.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Economia Solidária terá Centro Público

Domingo, 7 de agosto, foi marcado pela ocupação, com direito a faxina, pintura e pequenos reparos, do andar superior da antiga Agência do Trabalhador, situada no Setor Comercial Norte de Brasília, para funcionamento do Centro Público de Economia Solidária. A iniciativa é dos integrantes das organizações que compõem o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno – FESDFE, cuja nova coordenação foi eleita em Plenária em 2 de julho passado, para o biênio 2016 a 2018.

O Centro Público de Economia Solidária, a ser conduzido pelo grupo, servirá de ponto de apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, espaço de cadastramento, formação, exposição e comercialização dos produtos dos trabalhadores integrados ao movimento de Economia Solidária local. “Ali também vão ocorrer as ações de articulação e coordenação das atividades realizadas”, conforme informou Marcelo Inácio de Sousa, coordenador à frente da Secretaria Executiva do Fórum.

Considerada uma conquista pelos integrantes do Fórum, a ocupação decorre de entendimento com

a SEDESTMIDH/Secretaria Adjunta do Trabalho e deverá redundar num protocolo de parceria em que as partes envidarão esforços com vistas ao fortalecimento da Economia Solidária no Distrito Federal.

NOVA COORDENAÇÃO

Os integrantes das organizações que compõem o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno - FESDFE se reuniram em Plenário, dia 2 de julho para eleger a sua nova coordenação, para o biênio 2016/2018.

Dezesseis entidades foram eleitas para representar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), três para representar as Entidades de Assessoria e Fomento (EAF) e a Secretaria Adjunta do Trabalho (Seatrab/SEDESTMIDH/GDF) na categoria Gestores Públicos (GP).

Após a eleição, as 20 organizações, das 31 que apresentaram termo de adesão ao Fórum, assumiram o compromisso de manter a articulação de entidades em torno de ações internas e externas de promoção do Movimento de Economia Solidária.

No mesmo dia, o grupo eleito também escolheu representantes para as três secretarias da coordenação do Fórum: Marcelo Inácio de Sousa, da Aldeia Mundo, ficará à frente da Secretaria Executiva; Deuzani Noleto, da BCD Estrutural, com a Secretaria Administrativa; e Sérgio Nascimento, do Grupo Atitude, na Secretaria Financeira.

PRÓXIMOS PASSOS

Para o mandato, a coordenação do Fórum promete garantir o fortalecimento da Economia Solidária; apoiar a formação de cooperativas, associações e empreendimentos autogestionários; estimular a criação de espaços permanentes de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária; promover a formação humana, social, econômica, educacional, técnica, ética, cultural, de valores, princípios e política dos EES, seus gestores e integrantes; identificar fontes de financiamento e divulgá-las; incentivar a criação, desenvolvimento e permanência de fundos de Economia Solidária; dentre outras ações.



FOTO: ASCOM ADM. CEILÂNDIA

O presidente do Sistema OCDF/Sescoop –DF, Roberto Marazi (ao centro), celebrou em 2 de julho, o Dia de Cooperar, com a participação das cooperativas locais, na praça do Encontro na Ceilândia/DF. O evento é um programa de responsabilidade social e promove o voluntariado.

Projeto Berço Solidário auxilia mães carentes do DF

Atento às questões sociais e buscando fortalecer as ações do Dia de Cooperar - Dia C, o Sistema OCDF lançou o projeto Berço Solidário, cujo objetivo é arrecadar fraldas e materiais de recém-nascidos para doar a famílias carentes.

De acordo com a Gerente de Desenvolvimento de Cooperativas, Carla Madeira, o projeto Berço Solidário vem para ajudar mães carentes que não tem estrutura material mínima necessária para receber seus bebês. “Acima de tudo, nós podemos vivenciar o propósito da solidariedade com aquelas que são as responsáveis pelos primeiros cuidados para a sobrevivência de uma criança: as mães! Sentimos-nos responsáveis pela forma como essas crianças, no futuro, darão continuidade ao que fizemos hoje”, defendeu.

SERVIÇO

Os interessados em contribuir com as famílias poderão entregar sua doação na sede da entidade, localizada no Setor Comercial Sul, Qd. 04, Bloco A, Sala 220, Edifício

Embaixador, Asa Sul – Brasília. As doações serão entregues todo dia 15 de cada mês, para mães carentes em maternidades do Sistema Único de Saúde – SUS.

Clube da Corrida Cooperativista motiva prática esportiva

Foi dada a largada! O Sistema OCDF-Sescoop/DF promove, mensalmente, o Clube da Corrida Cooperativista do DF, com o objetivo de levar as pessoas à prática esportiva, além de uni-las num ambiente de esporte e lazer. Para o presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, “esta iniciativa busca unir as pessoas num ambiente diferente, saudável e de forma divertida, longe da correria do dia a dia, além de conscientizá-las a levarem uma vida mais saudável”.

O evento, que é realizado no Parque da Cidade, reúne colaboradores do Sistema OCDF, cooperados e familiares. Os participantes percorreram 4 km e seguem orientações do professor de Educação Física que acompanha a equipe durante todo o percurso. Além de estimular os participantes à prática regular de atividade esportiva, o Clube da Corrida vem para promover a integração de associados, funcionários de cooperativas, familiares e a comunidade em geral.

Economia Solidária no Distrito Federal - Algumas questões para o debate

Início parafraseando uma afirmação feita pelo grupo de trabalho do segundo mapeamento nacional de Economia Solidária que disse “A Economia Solidária não é uma escolha trivial”. Assim, para quem quer se aventurar em conhecer um pouco da realidade da Economia Solidária no Distrito Federal é importante compreender inicialmente a definição do que chamamos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Nesse caso, utiliza-se uma definição que está no Decreto Presidencial nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, que instituiu o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS e define “Empreendimentos Econômicos Solidários: organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.”

Dito isso, podemos afirmar que a partir dos dados do segundo mapeamento da Economia Solidária, lançado no ano de 2012 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do governo federal, a Economia Solidária do Distrito Federal se expressa como uma prática que dialoga com os trabalhadores autônomos, com os artesões e com o setor de serviços, como uma economia que exhibe uma face feminina, que expressa sua presença na inclusão produtiva e social desse segmento no Distrito Federal, ao mesmo tempo, que apresenta o desafio para os EES na escolha das melhores oportunidades.

Por outro lado, aponta algumas questões importantes para o pen-

samento sobre a própria ideia de uma Economia Solidária, onde instiga estudiosos, gestores de política pública e lideranças do movimento da Economia Solidária a pensar seja do ponto de vista econômico, social ou político. Do ponto de vista econômico, indaga-se: existe real possibilidade de se desenvolver uma Economia Solidária em um grande centro consumidor, em ambiente de grande competitividade? Do ponto de vista sócio-político questiona-se: é possível organizar e promover uma Economia Solidária num ambiente de desigualdade extrema, como é o caso do Distrito Federal, ou simplesmente considerar ser possível estruturar Empreendimentos Econômicos Solidários num ambiente urbano de forma sustentável?

Essas questões são reforçadas quando se olha e se confrontam os dados do mapeamento nacional da SENAES/MTB com as pesquisas socioeconômicas disponíveis sobre o Distrito Federal, como é o caso, por exemplo, da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, entre os anos de 2010 e 2011, onde se pôde traçar o perfil socioeconômico das Regiões Administrativas do DF por meio da variável Renda Domiciliar Média Mensal e Renda per Capita Média Mensal.

A PDAD aponta que das 25 cidades pesquisadas, 21 se enquadram na renda de zero a 12 salários mínimos. As cidades do Varjão, Itapoã e SCIA-Estrutural encontram-se na faixa de renda de zero a 3 salários mínimos. As cidades do Recanto das Emas, São Sebastião, Para-

Haroldo Mendonça
Coordenador Geral de
Comércio Justo e Crédito da
SENAES/MTB de 2002 a 2016

noá, Samambaia, Riacho Fundo II, Planaltina, Brazlândia, Ceilândia e Santa Maria se enquadram na faixa de renda acima de 3 até 5 salários mínimos. Já as cidades do Gama e Riacho Fundo estão na faixa acima de 5 até 7 salários mínimos. As cidades de Sobradinho, Sobradinho II, Núcleo Bandeirante, Taguatinga e Candangolândia se encontram na faixa de renda acima de 7 até 9 salários mínimos. E as cidades do Guará e Vicente Pires estão na faixa de renda acima de 9 até 12 salários mínimos. Os resultados dão conta de que o DF é tão rico quanto desigual e que a pujança que os números poderiam indicar concentram-se em um pequeno universo da sociedade, já que apenas algo em torno de 9% da população concentra renda entre 15 e 30 salários mínimos.

Todas essas questões são realmente desafiadoras. São questões que se apresentam e devem ser levadas em consideração quando se pretende organizar programas e projetos a serviços das estratégias de sustentabilidades dos empreendimentos econômicos solidários no Distrito Federal e no Brasil.

Por isso, faz-se necessário buscar cada vez mais informações e estudos que apontem os melhores diagnósticos e as estratégias para superar, por exemplo, o desafio histórico do baixo crescimento, ao mesmo tempo, possibilitando uma taxa de crescimento exponencial das organizações de Economia Solidária no DF como pressuposto para se enfrentar as adversidades dos empreendimentos solidários na busca da sua sustentabilidade socioeconômica.

Economia Solidária move comércio de arte e de alimentos no DF

Brasília não é apenas a capital do Brasil internacionalmente reconhecida e tombada como patrimônio universal pela UNESCO. É também uma cidade com ares de metrópole que movimenta uma Economia Solidária que dispensa a figura clássica do comerciante intermediário entre quem produz e quem consome.

Quem frequenta o comércio da Torre de TV aos feriados e finais de semana sabe disso. Encontra na Feira da Torre artesanato obras de arte e alimentos. Também sabem aqueles que compram produtos hortifrutigranjeiros na Feira do Produtor, no Jardim Botânico, ou nos postos da Ceasa na Rodoviária do Plano Piloto e locais estratégicos nas Administrações Regionais.

Na Rodoviária do Plano Piloto, nos produtos hortifrutigranjeiros são comercializados no “Sacolão do Povo”, que funciona de segunda-feira a sábado, no horário comercial. Da mesma forma que Ronei Castro, 45 anos, casado, dois filhos, mais ou menos duas mil pessoas fazem compras diárias no Sacolão, que gera emprego para 10 trabalhadores.

“Vendemos tudo ao preço de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) o quilo misturado. As pessoas compram jiló, quiabo, batata, pimentão, cenoura, beterraba, banana, limão etc. Também vendemos outros produtos, queijo, ovo de granja, rapadura, entre outros. Todos com preços diferenciados”, revela Ronei Castro.

FILA DIÁRIA

A comunidade aprova. Há sempre uma fila de não menos de 20 pessoas na hora de pesar e de pagar pelos produtos. Apenas com um detalhe: nos dias da semana – quarta-feira e quinta-feira – os supermercados fazem promoção, grande parte da comunidade não compra cenoura nem beterraba no Sacolão.

“Nessas promoções a gente compra produtos como cenoura, cebola e beterraba por menos de dois reais. Às vezes até por menos de um real”, diz a Sra. Conceição Nascimento, 42 anos, quatro filhos, dona de casa.

CAMINHÃO DA CEASA

O Manguelal é um conjunto de casas e apartamentos, construído há cerca de cinco anos, com financiamento da Caixa. Está localizado após o balão de entrada para São Sebastião. Lá, um caminhão da Ceasa faz ponto toda quinta-feira, das 9h ao meio-dia, para vender produtos hortifrutigranjeiros para uma média de 200 consumidores.

O senhor Gaspar exerce a função de motorista e de caixa no caminhão do Manguelal. “Toda quinta-feira o caminhão da Ceasa vem pra cá. Aos sábados vai para a Candagolândia e segunda-feira a Planaltina. Em todo lugar somos bem-recebidos pela comunidade”.

FISCAIS IMPORTUNAM

O comerciante Jaime Ribeiro confirma a receptividade comunitária. Ribeiro tem 42 anos e dois filhos. Ele vende caju, pinha, morango etc. “Dependendo do dia, atendemos cerca de duzentas pessoas. A comunidade é atraída pelos preços baixos e pela qualidade dos produtos”, revelou.

Os senhores Juarez Ribeiro, 50 anos, casado, quatro filhos, e Evolando Izidro, 48 anos, dois filhos, driblam a crise econômica como ambulantes na feirinha do Manguelal. Ribeiro vende frutas como abacaxi e mamão, e Izidro produtos de higiene como água sanitária e amaciante que ele mesmo produz.

“Somos importunados pelos fiscais da AGEFIZ. Eles querem saber se temos autorização para vender nossos produtos aqui no Manguelal. Nos enviaram para a Administração do Jardim Botânico, mas lá disseram que não é com eles. Como fazer para não sermos importunados?”, pergunta Juarez Ribeiro.

“O GDF deveria olhar isso. O desemprego é grande”, afirma Evolando Izidro, referindo-se aos 11 milhões e trezentos mil desempregados, conforme dados do IBGE divulgados dia 01/08/2016. A senhorita Estela Ferreira, 30 anos, moradora do Manguelal, diz que os comerciantes precisam de paz. “Compra quem quer. Eu compro os produtos cujos preços estão mais conta do que nos supermercados”, revelou.

SACOLÃO DO POVO

Geração de renda dos pequenos agricultores

No âmbito do Programa de Abastecimento Integrado da Secretaria de Agricultura – CEASA – DF, está inserido o Sacolão do Povo, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 19h na plataforma inferior da Rodoviária do Plano Piloto e reúne mais de 30 tipos de alimentos que vêm do Ceasa e de agricultores familiares do Distrito Federal e Entorno.

Criado há 18 anos, o local foi cedido pelo GDF para facilitar a compra e o consumo principalmente de alimentos orgânicos, além de incentivar e valorizar o trabalho dos agricultores familiares. Outro benefício é viabilizar a geração de renda dos pequenos produtores, além da oportunizar a venda dos produtos diretamente para o consumidor.

O agricultor que fornece para o Sacolão sabe que na rodoviária a venda é certa porque por ali passam cerca de 800 mil pessoas, diariamente, que compram e vão para casa com suas frutas e verduras fresquinhas.

Por intermédio de um equipamento móvel, o Programa de Abastecimento Integrado – PAI desenvolvido pela CEASA-DF atende a população mais carente das Regiões Administrativas do Distrito Federal em 21 pontos diferentes no DF, de terça-feira a sábado. São comercializados produtos hortifrutigranjeiros por preço no quilo. Além disso, oferecem peixes, flores, plantas ornamentais e um mercado volante que vende cereais e outros gêneros de alimentação.

Aos sábados, a Ceasa-DF comercializa produtos hortifrutigranjeiros, carnes, peixes, itens alimentícios da agroindústria local e artesanatos em bancas à disposição da população.



FOTO: DIVULGAÇÃO

FEIRA DA TORRE

Arte & Alimentação

A Feira da Torre de TV no Plano Piloto tem movimentação maior nos finais de semana e feriados.

Da Rodoviária para a Torre de TV é um pulo, mas os frequentadores da Torre vão à busca de outros produtos, como artesanato, obras de arte, comida e até poesia. O público tem outro perfil. Em sua esmagadora maioria são turistas estrangeiros e brasileiros.

“Atendemos gente do mundo inteiro”, afirma Jorge de Deus, 59 anos, quatro filhos, seis netos, artista Naif, que expõe na Torre desde 1983. “Aqui ficou melhor”, diz Jorge de Deus, referindo-se à reforma, que ampliou e padronizou o espaço das barracas. Quanto à produção artística, Jorge de Deus não é modesto: “Tenho obras no mundo inteiro”.

Jorge de Deus assegura: outros colegas pintores que vendem suas criações na Torre também têm quadros (óleo sobre tela) espalhados por vários países. “Temos nomes de valor como O. Bezerra, J. Rabelo, artistas plásticos de renome internacional”.

VIDA INTEIRA

A Torre tem 600 lojas ocupadas por artesões e vendedoras de alimentos, que geram emprego, algumas barracas vendem bijuterias, outras comida, entre elas a Barraca do Maranhão, da Sra. Terezinha de Jesus Sobrinho, 68 anos, “oito filhos e uns 25 netos. Desde 1.978 a minha vida é aqui, aqui é tudo pra mim: criei todo mundo, tiro o que comer daqui, é a minha casa, gosto muito daqui”.

Dona Terezinha trabalha direto, de segunda a segunda-feira. Com a crise econômica e a inflação “que dificultam a vida de quem é pobre, pensei em abandonar o ramo. A crise está pesada, emprego seis pessoas, nunca vi o preço do feijão tão alto”, disse.

Dona Terezinha revelou que “não apenas eu, mas muita gente pensou em largar esse comércio. Somos 30 barracas que vendem comida a R\$ 10,00 (dez reais o prato). Dou con-

tinuidade ao trabalho que o meu pai fazia aqui”. O pai é o Sr. Luiz Lé Sobrinho, 93 anos.

“Meu pai passou a barraca pra mim, aposentou, mas está inteirão, faz caminhada”, diz dona Terezinha com orgulho.

FAMÍLIA E POESIA

O poeta e artesão Samuel Magalhães, o Sam, confirma os laços familiares que caracteriza muitos feirantes da Torre de TV. Além de bijuterias, Sam vende poesia, como o livro “Acordelado”, de sua autoria.

“Quem não tem uma barraca que lhe foi passada por um parente precisa esperar. Imagino que existe atualmente cerca de cinco mil artesões querendo um espaço para expor e vender o seu trabalho”, diz Sam.

ARTESÕES CRITICAM A FALTA DE CONSELHO CURADOR PARA AVALIAR A CATEGORIA

Samuel Magalhães, cujo pseu-

FOTOS: DIVULGAÇÃO



A praça da alimentação oferece comidas típicas para todo gosto.

dônimo é Sam, afirma que o Governo do Distrito Federal (GDF) precisa instituir um conselho curador para definir quem é artesão. “É um absurdo que um artista, para conseguir a carteira de artesão, seja avaliado por burocratas que têm o poder de dizer se ele é artesão. Como pode um burocrata atestar se um artesão que tem 40 anos de profissão é artista?”, pergunta Sam.

O artista plástico Jorge de Deus está de acordo. Ele e Sam lembram que havia um conselho de artesões avaliava aqueles que queriam ingressar no ofício. “Um artesão tem que ser avaliado por outro artesão. Mas hoje quem faz esse trabalho são os burocratas da Secretaria de Turismo”, diz Sam.

PREÇOS DIFERENCIADOS

Quem ocupa um espaço na Torre paga por ele. O custo é rateado entre os feirantes, como eles se



A banda de forró de pessoas com deficiência visual é uma das atrações

definem. O preço depende do tamanho da barraca. Jorge de Deus paga R\$ 43,00 (quarenta e três reais). Mas o artesão e poeta Sam paga R\$ 83,00 (oitenta e três reais).

Fora essas taxas os feirantes rateiam despesas com água e segurança, quem coordena essa parte é a Associação dos Expositores de Artesões da Torre de TV de Brasília, presidida por Adonai Pereira Ferreira. Para se conseguir uma barraca é preciso esperar por uma licitação pública.

Ainda existem cerca de 50 barracas a serem licitadas. O artista plástico Jorge de Deus critica esse fato: “Fomos abandonados pelo Estado. Antigamente tínhamos segurança e abastecimento d’água para a higienização dos banheiros. Agora temos que arcar também com essa despesa”, assegura.

www.fb.com/feiradatorredf/



Artesã Maria Madalena de Oliveira trabalha enquanto espera a clientela

SAÚDE MENTAL NO DF

A rede de tratamento de saúde mental no Distrito Federal (e no Brasil) é permanentemente questionada e foco de diversas discussões, por causa do assombroso e antiquado histórico de tratamentos. Atualmente, o setor tem exibido os resultados positivos diante da reformulação implementada, em 2001, com a Política Nacional de Saúde Mental. Em um plano que garante direitos e proteção às pessoas com transtornos mentais, o modelo assistencial foi enfim redirecionado.

A política, ainda em fase de evolução no Distrito Federal, busca proporcionar tratamento do sistema de saúde que garanta respeito e humanização, na tentativa da inserção social, proteção e garantia de informações claras ao paciente e à família, no que se refere ao tratamento.

A Diretoria Saúde Mental do Distrito Federal contabiliza que atualmente 17 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS assistem a sociedade, além de uma unidade de acolhimento, uma unidade de psiquiatria, um hospital psiquiátrico e três unidades especializadas, com planos de expansão. Diante do Plano Diretor de Saúde Mental, isso significa apenas 50% dos resultados esperados. O número deveria ser de 46 CAPS no DF, com reintegração de dependentes químicos e residências terapêuticas, planos ainda aguardando execução.

tegração de dependentes químicos e residências terapêuticas, planos ainda aguardando execução.

Em 2016, R\$13 milhões estão previstos para a execução de ações voltadas ao atendimento de saúde mental no DF. Há também traba-



lhos relacionados à prevenção de suicídios e atendimentos específicos para pacientes dependentes de crack, álcool e outras drogas, além de duas unidades especializadas no atendimento do público infanto-juvenil.

A reabilitação psicossocial assistida é acompanhada pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) presentes em quase todas as cidades do DF, responsável pelo atendimento primário, passando pela média e alta complexidade dos casos e assistência de profissionais da saúde.

ATENDIMENTO

Em caso de crise aguda, a Rede dispõe de atendimento pré-hospitalar por meio da Equipe de Saúde Mental do SAMU. Para acioná-la a família deve ligar para 192.

Além do SAMU, há dois serviços de emergência 24 horas que são Unidade de Psiquiatria do Hospital de Base (Plano Piloto) e Hospital São Vicente de Paula (em Taguatinga-DF).

Esses casos também podem ser atendidos pelos

CAPS, conforme horário de atendimento (8h às 18h, de segunda a sexta-feira). Nos casos onde não há crise aguda, os pacientes podem recorrer ao CAPS mais próximo de sua residência.

Atualmente, há CAPS voltados para o atendimento de transtornos mentais, uso nocivo de crack, álcool e outras drogas e também para atendimento do público infanto-juvenil nessas duas modalidades.

CAPS II do Paranoá desenvolve projetos de geração de renda e ocupação profissional para os usuários

O extensivo e, porque não, exaustivo processo de tratamento para doenças psiquiátricas passam pelo acompanhamento psicológico e remédios, certo? Talvez essa seja uma realidade limitada para o recente cenário de tratamento da Saúde Mental brasileira, que tem buscado outra realidade a partir da implementação da Política Nacional de Saúde Mental.

Os Centros de Atenção Psicossociais (conhecidos como CAPS) desenvolvem projetos na busca de humanizar e atender as necessidades dos usuários de um sistema que demanda atenções especiais. A partir das chamadas tecnologias leves, o tratamento e a convivência com os profissionais de saúde são costurados em ações que fomentam a arte, a cultura e a geração de renda

a partir de atividades distintas.

Para compor esse novo cenário, O CAPS do Paranoá vem desenvolvendo importantes ações que, inicialmente, abraçam uma pequena parcela dos 400 pacientes atendidos pelo Centro. Com iniciativas que rendem receita para os participantes, as atividades desenvolvem a integração social e colaboram no tratamento realizado.

OUTROS SERVIÇOS NÃO HOSPITALARES

Outros serviços não-hospitalares, que podem auxiliar as pessoas em suas necessidades, estão disponíveis. Veja alguns deles:

AA - ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Endereço/Brasília-DF: SDS, Conj. D, no 60. Ed. Eldorado, Sala 313 –
Telefone: (61) 32260091
Endereço/Taguatinga-DF: Ed. Paranoá Center, C12, Sala 211
Telefone: 33519644
Site: www.alcoolicosanonimos.org.br

AMA - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS AUTISTAS

Endereço: Granja do Riacho Fundo I EPNB Km 04 A/E s/nº – Núcleo Bandeirante – DF (dentro da área do Instituto de Saúde Mental)
Telefone: (61) 33994555
E-mail: amadf@globo.com

APAE – ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DF

Endereço: Q. 711/911 norte, Conj. E, Brasília-DF
Telefone: (61) 21010460
Site: www.apaedf.org.br

ASSIM - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SAÚDE MENTAL

Endereço: AC 03, Lotes 14/15, Riacho Fundo I - Distrito Federal
Telefone: (61) 33993900
Site: www.saudemental.org.br

CVV - CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA:

Endereço: SRTV-N Q. 702, Ed. Brasília Rádio Center, Sala 05
Telefone: (61) 33264111
Site: www.cvv.org.br

INVERSO – INSTITUTO DE CONVIVÊNCIA E RECRIAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL:

Endereço: SCLN 408 sul, Bl. B, loja 60-subsolo – Brasília, DF.
Telefone: (61) 32734175
Site: www.inverso.org.br

MISMEC – MOVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL/ GRUPOS DE TERAPIA COMUNITÁRIA:

Endereço: SCLN 107, Bl. A, subsolo - Brasília-DF
Telefone: (61) 34478563
Site: www.mismecdf.org

OUTROS SITES E TELEFONES IMPORTANTES:

www.na.org.br – Narcóticos Anônimos – Telefone: 92389606
<http://grops.yahoo.com/desassossego> - Desassossego (Auto-ajuda Bipolar)
www.neuróticosanonimos.org.br
www.aids.gov.br
www.antidrogas.org.br
www.antimanicomial.blogspot.com
www.assistenciasocial.org.br
www.cidania.org.br



BANDA MALUCO VOADOR

A Banda Maluco Voador, criada há 4 anos no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II do Paranoá - e coordenada pelo psicólogo Filipe Braga, reúne percussão, voz e dança em apresentações recentemente expandidas para feiras, festas juninas e outros eventos externos.

Inserido no mundo da percussão há algum tempo, o psicólogo conta que o projeto teve início numa parceria com o grupo Tambores do Paraná, mas que desde 2012 caminha independente e reúne cerca de 10 integrantes fixos, além de outras pessoas que participam dos ensaios abertos semanalmente. “No cotidiano, temos outra relação (com o paciente), muito mais como coordenador da música do que como psicólogo. A ideia é que eu seja mais um participante do grupo, um

parceiro, do que alguém que vai dizer o que eles devem ou não fazer”, destaca Filipe Braga.

O cachê é destinado à manutenção de equipamentos e repassado aos integrantes da banda por apresentação, o que auxilia financeiramente os membros, além de cooperar em outros quesitos. “Quando a família os assiste tocando fica impressionada, pois estão acostumados àquela pessoa dentro de casa,



O psicólogo Filipe Braga coordenador do projeto.

FOTO: LANIÉR ROSA

calada, e depois ao ver na banda, acaba se surpreendendo, o que colabora na valorização, no ganho de autoestima e no desenvolvimento como um profissional que, de fato, produz música”, conta Filipe.

Compositor de uma extensa lista de músicas, Claudinei da Costa é paciente do CAPS e participa da banda. É através da música que ele se expressa e afirma já ter composto mais de 300 canções. Para ele, as letras e melodias são formas de poesia e também de ilustrar o que pensa.

Pessoas que passaram muitos anos internadas têm nesses projetos a oportunidade de tomar decisões, criar soluções, desenvolver talentos e expressar ideias. Segundo os psicólogos, tudo é decidido em conjunto, levando a opinião de cada um em consideração.

Psicólogo Antônio Carlos Nunes coordena o projeto de ecolavagem de carros.



Culinária

Também há no CAPS II do Paranoá um projeto de culinária, atualmente integrado por quatro mulheres que produzem salgados e comidas. Priscila Rodrigues faz tratamento no Centro de atendimento e diz que a atividade a ajuda. “Às vezes é exaustivo, pois estou há algum tempo sem trabalhar. Mas no dia que estou aqui, cozinhando com as meninas, não penso em nada. Nós brincamos, conversamos e produzimos. É muito bom e me ajuda demais”, conta.

Todos os projetos são acompanhados de perto pelos profissionais do CAPS, já que cada paciente tem necessidades e limites individuais respeitados durante as ocupações. O objetivo final também não é ferido, que é o bem-estar dos participantes e o alcance de um tratamento eficaz e prazeroso.



FOTO: LANIÉR ROSA

Priscila participa do projeto de culinária.



Projeto contribui para a geração de renda e melhora a integração e desenvolvimento dos participantes.

Ecolavagem de carros

A ecolavagem de carros é uma iniciativa do CAPS II do Paranoá aos usuários do tratamento de saúde mental que faz parte da proposta de inclusão e geração de renda dos paciente atendidos. A prestação de serviço funciona na própria unidade de saúde para atender a demanda dos funcionários do CAPS.

Cerca de vinte usuários envolvidos no projeto comparecem ao local, das 7h às 18h, semanalmente, para executar a atividade que, além de oportuna aos clientes, respeita o meio ambiente e segue a tendência mundial de racionamento de água, graças a equipamentos específicos, adquiridos em forma de doação, que dispensa o gasto de substância hídrica para a limpeza.

Um dos responsáveis pelo projeto, o psicólogo Antônio Carlos Nunes, explica que a atividade motiva o empoderamento nos pacientes e resulta na reabilitação psicossocial deles. “Eles vão se sentindo mais responsáveis, integram-se,

se animam por estarem produzindo. Nós acompanhamos de perto, ajudamos no necessário, mas são eles que tocam o projeto que é muito bem recebido pelos funcionários aqui do CAPS”, revela.

Dentre as etapas de implementação da ecolavagem de carros, os integrantes passaram por treinamento e vêm se adequando, dia a dia, às funções, tornando-se mais autônomos na atividade.

A remuneração, ainda acanhada, ajuda aos que estão sem trabalhar a algum tempo por causa da reabilitação e do tempo necessário na dedicação ao tratamento. O orçamento obtido a partir da atividade é dividido, sendo uma pequena porcentagem destinada à compra de materiais e a outra repartida entre os trabalhadores. Ainda em fase inicial, o projeto começou no início deste ano, mas diante dos resultados deve permanecer.

Um dos participantes, Adriano Gonçalves, conta que já passou por outros projetos, mas tem alcançado resultados importantes. “Com certeza eu melhorei, principalmente em relação à integração social, com todos e na comunicação”.

FOTOS: LANIÉR ROSA

Brasília em clima de deserto

Para quem é de Brasília ou está na cidade entre os meses de junho e setembro, a frase “chegou a seca” é sinônimo de preocupação. Isso acontece porque o clima na capital federal durante o inverno é marcado por queda brusca de umidade, tempo seco, calor durante o dia e temperatura mais baixas no período noturno.

Para se ter uma noção, a umidade do deserto do Saara varia entre 10 e 15%. Em Brasília, é comum o ponteiro bater em 11% neste período. Estamos em agosto e o Distrito Federal já está há mais de 80 dias sem chuva. Isso acontece porque a umidade tem ficado em cerca de 30% nos últimos dias, segundo a Defesa Civil. Pelos padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS), a umidade ideal é de 60%.

Para o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o clima seco é comum no DF durante esta época do ano por causa da atuação de uma massa de ar quente e seca sobre o Centro-Oeste, responsável por inibir a formação de nuvens na

região. “Essa massa é totalmente normal. Por característica no inverno ela ganha força à medida que vai se aproximando dos meses de agosto e setembro, quando chega ao seu pico”, diz a meteorologista do Inmet Ingrid Peixoto.

PROBLEMAS DECORRENTES

Quem nunca acordou neste período com o nariz e a boca seca? De acordo com a otorrinolaringologista Larissa Macedo Camargo, a baixa umidade é responsável por ressecar as mucosas dos olhos, da boca e do nariz, o que favorece a atuação de agentes externos, como vírus e bactérias.

As principais doenças que se manifestam nesse período são as infecções das vias aéreas, como rinites, sinusites, pneumonias e asma. “Com a desidratação da mucosa, além da facilidade de aderência desses agentes externos, as células do sistema imunológico têm mais dificuldades de chegar às vias aéreas. Então, o aporte de células de proteção é reduzido”, explica.

DE OLHO NAS QUEIMADAS

Por causa do ar extremamente seco nesse período, as árvores, os arbustos e os gramados do Cerrado desidratam e, torrados, tornam-se combustível para as chamas, provocando queimadas por vários pontos do Distrito Federal. Além de trazer problemas de saúde causados pela fumaça e fuligem, as queimadas têm consequências ruins para o meio ambiente, tendo em vista que o Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e abriga uma variedade formidável de plantas e animais, responsável por 5% da biodiversidade mundial. Diante de um incêndio, a medida mais certa a tomar é acionar imediatamente o Corpo de Bombeiros, por meio do telefone 193. Quando o fogo se espalha, as pessoas não devem tentar apagá-lo sozinhas, porque o risco é grande. Além de não conseguirem extingui-lo, correm o risco de inalarem fumaça e sofrerem queimaduras sérias. Balde, mangueira e extintor só funcionam quando o fogo ainda é pequeno e concentrado.

DICAS PARA ENFRENTAR O CLIMA SECO

- **Beber bastante água:** com a baixa umidade do ar, o cuidado mais básico e que deve ser feito por todos é hidratar o corpo com bastante água mineral.

- **Manter a casa limpa:** quanto mais seco o clima, mais ácaros e fungos aparecem. Por isso, o acúmulo de poeira pode desencadear as doenças respiratórias. É muito importante, em especial quando o clima estiver seco, manter a higiene doméstica em dia.

- **Dormir fresquinho:** para uma noite de sono tranquila é necessário dormir em local arejado e umedecido. Os ambientes podem ser umedecidos com toalhas molhadas, reservatórios de água e até umidificadores.

- **Lubrificar os olhos:** para evitar a secura e a irritação dos olhos, o soro fisiológico é uma ótima opção.

- **Cuidar da pele:** outra dica que garante a saúde e a beleza da sua pele nos dias de baixa umidade do ar é apostar em cremes hidratantes e filtros solares, evitar banhos quentes, sabonetes em barra, que são mais agressivos, e buchas.

- **Fazer esporte na hora certa:** a prática de esportes também merece atenção especial no tempo seco. O corpo se cansa mais facilmente, a garganta passa a arranhar e os olhos ficam irritados com facilidade. Natação, hidroginástica e os demais esportes na água são boas alternativas, sempre antes das 10h e após às 17h.

Por causa de você!



ECOSOL BASE BRASÍLIA

COOPERATIVA CENTRAL DE APOIO AO SISTEMA ECOSOL NO DF

Conheça nossos projetos:



Estimulamos a promoção social, a geração de renda e a difusão da cultura solidária e inclusiva por meio do fortalecimento das práticas e dos princípios do associativismo, do cooperativismo e da solidariedade em defesa dos direitos sociais.



LANÇAMENTO DO LIVRO

Comércio justo no Brasil e na América Latina

A obra exemplifica o comércio justo em comunidades do Brasil e de outros países e aborda tema atualmente discutido na academia.

Promovendo relações comerciais mais éticas e solidárias, as professoras Joana Stelzer do CAD/CSE/UFSC e Rosemary Gomes lançaram o livro "Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina". A obra é resultado da parceria do projeto "Empreendedorismo nas rendas de bilro: formação de competências e Comércio Justo para as mulheres rendeiras da Ilha de Santa Catarina", com a Plataforma Nacional de Comércio Justo Faces do Brasil.

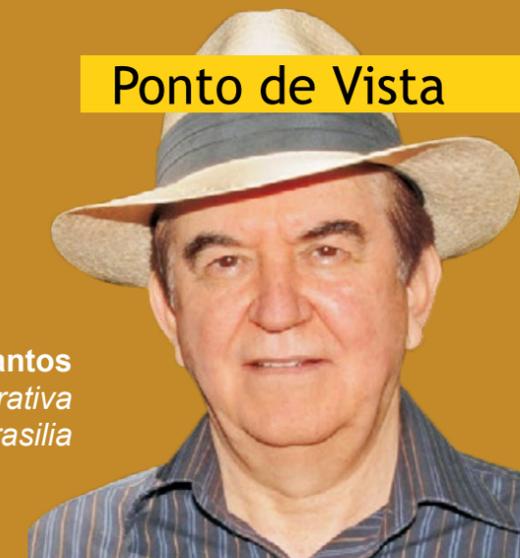
Organizado em três capítulos, a obra apresenta artigos acadêmicos que relatam experiências vividas em comunidades brasileiras, em outros países da América Latina, além de balanços e os desafios do comércio justo.

No mercado acadêmico, a obra surge tratando o tema na contemporaneidade em um mundo em que relações comerciais refletem o distanciamento das pessoas, sentimentos, afetividades, e o meio cotidiano dos agentes econômicos pequenos que insistem em produzir, ainda que diante de um mercado por vezes voraz.

As idealizadoras do projeto desenvolveram a obra na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) reunindo teoria, princípios e práticas de diversas iniciativas do movimento de Comércio Justo e Solidário nacionais e internacionais. Elas descrevem a obra como "uma singela contribuição a todos que trabalham por esta causa".

O livro conscientiza sobre o equilíbrio necessário que deve ser implementado na economia, uma vez que esta estabilização reflete no bem-estar da população e, ao ser ignorada, resulta em condições miseráveis do produtor ao consumismo acrítico. O livro está disponível em formato digital no site da UFSC.

<http://portal.cad.ufsc.br/2016/07/05/professoras-lancam-livro-sobre-comercio-justo-e-solidario/>



Eustáquio Santos
Presidente da Cooperativa
ECOSOL Base Brasília

Microcrédito e apoio governamental

Países desenvolvidos, onde a desigualdade de renda é baixa, e há políticas públicas que garantem educação em todos os níveis, desde a creche até a universidade, saúde, trabalho ou salário desemprego e o aproveitamento das potencialidades de cada um de seus cidadãos. Não há miséria e mesmo aquele que esteja eventualmente desempregado terá os meios para viver com dignidade.

Países em desenvolvimento e com alto índice de desigualdade, tende a apresentar alta mortalidade infantil, epidemias, desemprego e fome. Em um país com estas características o economista Muhammad Yunus concebeu o Banco Grameem que empresta pequenas quantias, majoritariamente a mulheres, para que elas comprem insumos, os processem e os revendam, obtendo assim trabalho e renda. Por esta obra, Yunus recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006.

O Banco Central do Brasil através da Resolução 4.000, de 25 de agosto de 2011 estabele-

ceu que 2% dos depósitos à vista dos bancos seriam destinados às operações de crédito para população de baixa renda e microempreendedores. A publicação do Banco Central do Brasil, Panorama do Microcrédito, de julho de 2015, identifica em dezembro de 2013 uma carteira de R\$ 5,3 bilhões relativos a 3,1 milhões de operações de crédito. Isso representa 0,2% do valor e 0,4% das operações do Sistema Financeiro Nacional.

O acesso ao microcrédito está correlacionado a ações de organização e suporte governamental, federal, estadual e municipal. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada em 2003, extinta pelo governo interino e a eliminação da Subsecretaria da Economia Solidária do Governo do Distrito Federal criaram uma situação de incerteza e desamparo para as populações de baixa renda. Essas populações dependem diretamente das iniciativas de governo para fomentar a geração de trabalho e renda.



CRIA BRASÍLIA

COLETIVO DE CRIADORES

coletivocriabrasilia@gmail.com



Rede de Atenção Psicossocial do Distrito Federal

Qual o tratamento e a estrutura oferecidos pela Secretaria de Saúde no DF, atualmente, para atender pessoas com transtornos mentais do Distrito Federal?

O tratamento oferecido é pautado na Política Nacional de Saúde Mental, com a priorização de acompanhamento no território, por meio dos Centros de Atenção Psicossocial e demais componentes da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. O funcionamento da RAPS envolve desde a Atenção Primária em Saúde, passando pela média e alta complexidade, com breves internações em

enfermarias de hospitais gerais e unidades de internação psiquiátrica.

A estrutura existente tem sido suficiente para acolher toda a demanda em saúde mental ou o Governo recorre a outras instituições para solucionar a questão?

Atualmente a RAPS conta com 17 CAPS, uma unidade de acolhimento, três unidades especializadas, uma unidade de psiquiatria e um hospital psiquiátrico. Trata-se de uma Rede que vem expandindo, com necessidade de continuar nesse movimento tendo em vista o

A médica psiquiatra, Ana Luisa Lamounier, assumiu recentemente a Diretoria de Saúde Mental – DISAM, na Secretaria de Saúde do GDF com a missão de propor, participar e executar as políticas públicas estratégicas para a Saúde Mental do Distrito Federal. Para isso, deixou a coordenação do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula, em Taguatinga. A seguir, ela fala sobre a estrutura da rede de Saúde Mental do DF e o atendimento prestado à população.

critério populacional.

O investimento nessa área é suficiente?

O orçamento destinado à saúde mental em 2016 está sendo suficiente para realização de algumas ações estratégicas como a implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT's), reforma e ampliação de unidades. Contudo, os recursos destinados à construção de unidades de saúde mental foram acentuadamente insuficientes. Foi publicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 o valor apro-

ximado de R\$ 13.621.932 para a execução das ações orçamentárias em saúde mental.

São desenvolvidos programas de tratamento específicos para os dependentes químicos, população de rua, carcerária e pessoas com transtornos que são infratores?

A RAPS conta com CAPS destinados ao atendimento do paciente com transtornos relacionados ao uso nocivo de crack, álcool e outras drogas. No DF, contamos ainda com dois CAPS para o atendimento do público infanto-juvenil com essa demanda. Além desses dispositivos, contamos com uma Unidade de Acolhimento em Samambaia/DF. O atendimento à população de rua é realizado pelas equipes de consultório de rua, sob a coordenação da atenção primária em saúde. Da mesma maneira, a equipe que atende a população carcerária.

A ala de tratamento psiquiátrico localizada na penitenciária feminina do DF atende os infratores que cumprem medida de segurança em função de um transtorno mental. Ela conta com uma equipe de saúde mental que desenvolvem um trabalho pautado em projeto terapêutico individual, que é formulado conforme as necessidades do paciente.

Há alguma ação preventiva para a população em relação aos transtornos mentais?

A DISAM desenvolve um trabalho de prevenção do suicídio, com diversas ações voltadas para identificação de fatores de risco e fortalecimento de fatores de proteção.

TRATAMENTO DA SAÚDE MENTAL NO DISTRITO FEDERAL

REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE:

- Unidade Básica de Saúde,
- Núcleo de Apoio a Saúde da Família,
- Consultório na Rua,
- Apoio aos Serviços do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório
- Centros de Convivência e Cultura

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ESTRATÉGICA

- Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades;

ATENÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- SAMU 192,
- Sala de Estabilização,
- UPA 24 horas e portas hospitalares de atenção à urgência/pronto socorro,

ATENÇÃO RESIDENCIAL DE CARÁTER TRANSITÓRIO

- Unidade de Acolhimento
- Serviço de Atenção em Regime Residencial Atenção

Residencial de Caráter Transitório;

ATENÇÃO HOSPITALAR

- Enfermaria especializada em Hospital Geral
- Serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas;

ESTRATÉGIAS DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

- Serviços Residenciais Terapêuticos
- Programa de Volta para Casa;

ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

- Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda,
- Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais

FONTE: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/RAPS.pdf>

Há participação da comunidade na construção das políticas públicas voltadas para pessoas com transtornos psiquiátricos e psicológicos?

O SUS prevê a participação da população na formulação de suas políticas por meio dos Conselhos de Saúde. Desta forma, a DISAM faz gestão por meio de colegiados. Um deles é um colegiado ampliado, que tem como integrantes re-

presentantes da sociedade civil organizada, como representantes de movimentos sociais, usuários, familiares e de outras instituições parceiras. Os CAPS mantêm assembleias de usuários, integrando em seu funcionamento às demandas apresentadas por eles.

Os CAPS fazem ações de prevenção com a comunidade e garantem atenção primária para identificação precoce de risco e de transtornos mentais.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

ACESSIBILIDADE: Um desafio para pessoas com deficiência na capital federal

Pessoas com deficiência travam batalhas diárias nos momentos em que precisam se locomover pelas ruas de Brasília e utilizar espaços e equipamentos públicos

Nesta foto, o banheiro da estação do metrô 112 Sul está fechado, o que é uma rotina reclamada por cadeirantes.

Imagine viver em uma cidade em que você não consegue utilizar o transporte nem outros equipamentos públicos, não consegue estacionar em uma vaga porque há uma caçamba de lixo ocupando o espaço e não tem o direito de utilizar o banheiro público porque está sempre quebrado ou fechado ou, ainda, pode sofrer constantes acidentes em calçadas quebradas. Acha tudo isso impossível? Pois para as mais de 570 mil pessoas com deficiência em Brasília, todos esses pontos não são fictícios: são bem reais em suas rotinas diárias.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,91% da população brasileira. No Distrito Federal, 574.275 pessoas apresentam algum tipo de deficiência, correspondendo a uma parcela de 22,23%. O segmento com maior percentual é a visual, com 63,71%, seguida da motora (18,02%), auditiva (14,41%) e intelectual (3,85%).

Mesmo diante deste quadro, ainda faltam sinalizações adequadas, equipamentos em funcionamento e funcionários qualificados para orientar pessoas com determinadas necessidades pessoais.

A dificuldade para locomoção no DF pode ser vista em qualquer lugar. Caminhar pelas ruas da Cidades Satélites, pelo comércio das Asas Sul e Norte ou atravessar o Eixo Rodoviário pelas passagens subterrâneas implicam em desafios para qualquer cidadão. Para quem tem algum tipo de limitação física, os problemas são ainda maiores.

Integrantes de diversas entidades de pessoas com deficiência fizeram uma Roda de Conversa no dia 1º de agosto, reunidos na Esta-

ção do Metrô da 112 Sul, para uma avaliação da situação de mobilidade para pessoas com deficiência no Distrito Federal.

BANHEIRO OU DEPÓSITO?

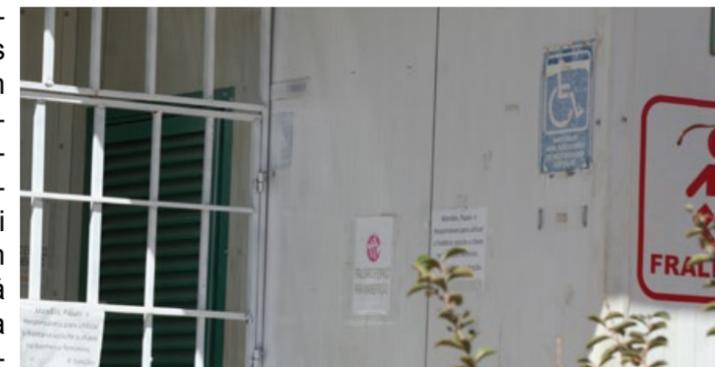
O professor Erivaldo Batista conta que a maioria dos banheiros exclusivos para pessoas com deficiência costuma ser aproveitado para depósitos, o que dificulta a utilização dos espaços. Na Torre de TV, cartão postal de Brasília, os banheiros para pessoas com deficiência estão sempre "Interditados". Em outros locais, conforme relatado pela autônoma e uma das líderes da União das Pessoas com Deficiência do DF, Telva Lima, os banheiros disputam espaço com fraldários, impossibilitando o uso e acarretando constrangimentos. "Quando um pai ou uma mãe entram com o filho para trocar-lo, acaba inibindo a pessoa com deficiência que está utilizando o banheiro", conta.

Outros problemas enfrentados são o tamanho dos banheiros, em que muitas vezes é preciso deixar a porta aberta porque não há espaço para fechá-la; o formato dos vasos sanitários; a direção para abrir a porta, que, caso esteja para o lado errado, impossibilita a utilização do banheiro; e a falta de materiais básicos, como papel higiênico, sabonete líquido e álcool em gel.

No Pátio Brasil Shopping, a reclamação é que os banheiros para pessoas com deficiência são unissex. No Parque da Cidade, os banheiros quando funcionam, estão

sempre em péssimas condições. Outro problema são os banheiros químicos para pessoas com deficiência, que já existem, mas são raros os locais em que são disponibilizados para a população. "Eu fui ao Nivea Viva Rock Brasil, que teve aqui em Brasília, e fiquei surpresa quando vi os banheiros químicos para pessoas com deficiência. Mas isso é muito raro: as pessoas acham que pessoas com deficiência não podem e não devem se divertir", apontou Jovelina Oliveira, artesã, dependente da cadeira de rodas.

Nas estações de metrô, os banheiros para pessoas com deficiência ficam trancados, impossibi-



O banheiro da Torre de TV, sempre trancado, é identificado para uso de pessoas com deficiência, mas é fraldário e depósito.

litando realizar as necessidades fisiológicas. "A estação da 112 Sul, onde fica o atendimento para Pessoas com Deficiência, está sempre com banheiros fechados e encontrar a chave é sempre um problema. Alexandre Pena, casado e acompanhante de Maria Aparecida de Souza, que tem deficiência física, disse que "o pessoal do metrô alegou que os banheiros ficam fechados devido a utilização imprópria dos ambientes como consumo de drogas e sexo. Mas quem sofre é o usuário", reclama.



É preciso coragem, união e luta por melhorias

Integrantes de entidades de pessoas com deficiência reunidos, dia 1º de agosto, na Estação do Metrô da 112 Sul, avaliaram a situação de mobilidade para pessoas com deficiência no Distrito Federal.

Considerando que para a maioria da população, as palavras “transporte público” já se traduzem em caos, para as pessoas com deficiência é um desafio cada vez pior no momento que utilizam ônibus ou metrô.

Embora a fabricação de ônibus sem acessibilidade no país seja proibida desde 2008, os elevadores dos ônibus – quando funcionam – são mal projetados e colocam em risco a vida das pessoas com deficiência. Alguns ônibus não tem os elevadores confiáveis, como é o caso da linha São José, da Bacia nº 5, que faz o percurso no sentido Ceilândia/Brazlândia/Plano Piloto. “já causou acidentes em cadeirantes. Eu mesma já sofri queda”, disse Telva Lima, usuária.

Outro problema reclamado nos ônibus é que alguns motoristas costumam não parar e alguns funcioná-

rios não são preparados para receber as pessoas com deficiência e, muitas vezes, são até deseducados.

Em se tratando da acomodação nos ônibus é outro problema. “De hora em hora chega um ônibus que comporta apenas uma cadeira de roda. Caso o cadeirante ande em dupla, por exemplo, o outro teria que sair da sua cadeira e usar um assento normal e sua cadeira seria transportada como objeto. Eles são informados que o ônibus não tem como transportar em segurança mais de um cadeirante, sentado na cadeira de rodas, por ônibus”, explica Maria Aparecida de Souza, com deficiência motora.

METRÔ

No metrô, a situação ainda há muito o que melhorar. Os elevadores que dão acesso à plataforma do metrô são fétidos e estão em sua

maioria das vezes quebrados, deixando a pessoa com deficiência, usuária, à mercê da boa vontade do segurança para fazê-la chegar ao metrô. De acordo com Valéria Cardoso, também com deficiência motora, as rampas são muito íngremes, dificultando o acesso. Os acompanhantes masculinos das mulheres com deficiência costumam ser retirados dos vagões femininos, o que acaba deixando a companheira sozinha.

As estações do Metrô-DF da 102, 108, 112 Sul e do Guará precisam de luminárias no piso e faixa direcional na área pública, conforme reportagem divulgada no Correio Braziliense. As estações Centro Metropolitana, Ceilândia Sul, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte, Guariroba e Terminal Ceilândia vão ter rebaixamento do meio-fio nas calçadas de acesso.

Os terminais Central, Galeria, Asa

Sul, Shopping, Feira, Águas Claras, Praça do Relógio, Taguatinga Sul, Furnas, Samambaia Sul e Terminal Samambaia precisam de corrimãos nas rampas e escadas, sinalização sob o extintor de incêndio, pisos táteis e rebaixamento de meio-fio.

ELEVADORES

Os elevadores para pessoas com deficiência também é outro ponto que simplesmente encontra muita reclamação no funcionamento. O que era para facilitar o acesso acaba apenas dificultando ainda mais. Na Rodoviária, devido à falta de pagamento e horas extras a funcionários, o elevador não funciona após a meia noite. Nas estações de metrô de Brasília, o equipamento necessita de manutenção e limpeza e, muitas vezes, sequer chega a funcionar.

CALÇADAS

As calçadas são outro empecilho constante na vida das pessoas com deficiência. Há postes bloqueando o caminho, faltam faixas de pedestres, calçadas rebaixadas, buracos, rampas mal feitas e íngremes, piso quebrado e falta de sinalização.

Longe do ideal, as calçadas de Brasília tiveram nota 5,98 em um levantamento do portal Mobilize Brasil. A avenida W3 Norte/Sul tem a situação mais crítica, com nota 4,88. Para serem consideradas adequadas aos pedestres, as calçadas precisariam de, no mínimo, a nota 8. No ranking da qualidade de calçadas, Brasília está na posição de número sete entre as 12 capitais avaliadas.

Em Ceilândia, Região Administrativa mais populosa do DF, o problema é ainda maior, de acordo com os entrevistados. Lixo, entulho, carros estacionados em frente às rampas e várias outras dificuldades como as grades que tomam o espaço do cadeirante são apenas alguns dos pontos que são citados

pelos pessoas com deficiência.

A Administração de Ceilândia tem um canal exclusivo voltado para problemas das pessoas com deficiência física: o Disque Acessibilidade. Para quem deseja fazer uma denúncia, o telefone de contato é o 3471-9850.

SINAIS SONOROS

Em muitas cidades, a travessia de vias públicas de pedestres com deficiência visual é facilitada por equipamento que emite sinal sonoro suave em complemento aos sinais visuais (semáforos). Porém, para pessoas com deficiência visual, o sistema é frustrante, porque ainda não está instalado em todos os locais. “Próximo à Praça do Relógio, em Taguatinga, um dos lados tem o sinal sonoro, mas o outro, não. É preciso uma audição muito boa para conseguir ouvir do outro lado e se orientar pelo barulho dos carros”, exemplifica César Achkar, que só tem 5% de visão.

Em 2015, um levantamento realizado pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal mostra que apenas 23% dos semáforos têm sinais sonoros para auxiliar pessoas com deficiência visual. Dos 495 semáforos instalados em todo o DF, 116 possuem o dispositivo.

O diretor do Detran-DF, Jayme Amorim, garante, no entanto, que os dispositivos passam por revisão frequentemente: “O Detran tem um contrato de manutenção semaforica, onde a empresa contratada vai aos locais fazendo a troca de lâmpadas e, também, a possivelmente a troca do equipamento sonoro caso ele tenha defeito”.

OPERAÇÃO ENFESTO

No DF, as entidades representativas e os movimentos em defesa das pessoas com deficiência estão cada vez mais articulados para pressionar o poder público. Exemplo disso foi a Operação Enfesto, em que

os agentes da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SUFISA, participaram de uma fiscalização proposta por integrantes da União das Pessoas com Deficiência do Distrito Federal, em que, fiscais à paisana, fizeram o percurso acompanhando pessoas com deficiência na locomoção de ônibus do DF.

“Essa operação foi um sucesso porque éramos 16 voluntários e conseguimos mostrar para os agentes as dificuldades que enfrentamos nos ônibus, a má vontade de muitos motoristas em pararem para que pudéssemos entrar nos ônibus, os problemas nos elevadores etc. Ao final, 101 ônibus foram apreendidos porque não estavam preparados para receber pessoas com deficiência”, conta Telva Lima, uma das participantes da Operação Enfesto.

CENTRAL DE LIBRAS

A insuficiência de funcionários na Central de Libras do Distrito Federal (estação do metrô 112 Sul no Plano Piloto) está comprometendo os serviços de tradução e interpretação no acesso das pessoas com deficiência auditiva aos serviços públicos do DF. Desta forma as pessoas com deficiência ficam desassistidas. Tal fato até já foi motivo de debate no Conselho de Direitos Humanos do DF.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

Um espaço público de convivência para acolhimento das pessoas com deficiência é algo que os representantes de entidades do segmento vislumbram para interação e articulação dos segmentos de deficiência motora, visual, intelectual e auditiva.

“A falta de convivência pode ter impacto na saúde, uma situação que se explica a partir da ausência de laços de amizade e apoio. A convivência, com laços sociais estreitos, contribui para o bem-estar e a inclusão produtiva”, defende César Achkar da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV).

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Como funciona na prática?

Em 27 de abril deste ano, a presidenta eleita da República, Dilma Rousseff, assinou na 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos o Decreto nº 8.726, que regulamenta a Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). O dispositivo, porém, está em vigor desde 23 de janeiro e representa uma grande conquista para a sociedade brasileira. O decreto sancionado por Dilma define documentos, procedimentos e prazos que facilitam o processo de seleção, celebração, execução, monitoramento e prestação de contas das parcerias.

Entre suas principais inovações, o MROSC trouxe a instituição de instrumentos que serão utilizados em substituição aos convênios, para disciplinar as parcerias entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos, conhecidas como Organizações da Sociedade Civil (OSC), quando a relação envolver a transferência de recursos financeiros: o Termo de Colaboração e o Termo de Fomento.

Contudo, muitas dúvidas ainda permeiam o MROSC e seus benefícios, principalmente em relação à transferência de recursos para órgãos da sociedade civil. Na prática, o Termo de Colaboração deverá ser utilizado para parcerias cujos objetos sejam serviços e atividades condizentes com as políticas públi-

A Lei é produto de construção coletiva e pluripartidária e vem para criar novas relações de parceria entre as OSCs e o Governo

cas já conhecidas, de maneira que a administração pública consiga estipular objetos, metas, prazos e mensurar os valores que serão disponibilizados, bem como os resultados a serem alcançados.

Já o Termo de Fomento representa o instrumento por meio do

qual são celebradas as parcerias estabelecidas entre administração pública e OSC para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas Organizações da Sociedade Civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

É importante ressaltar que os Termos de Colaboração ou Fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público, processo licitatório específico para a celebração dos termos de colaboração e fomento.

Para o advogado Marco Aurélio Marraffon, o MROSC é exemplo de legislação moderna e inovadora. Porém, o único problema que identifica em relação ao dispositivo é “a infindável criatividade humana para distorções e mau uso dos recursos e instrumentos legais, mas aí somente com transparência e forte fiscalização/participação da sociedade é que os malfeitos não prosperarão e não superarão as qualidades do sistema”.

Tá a fim de vender?

Dica!

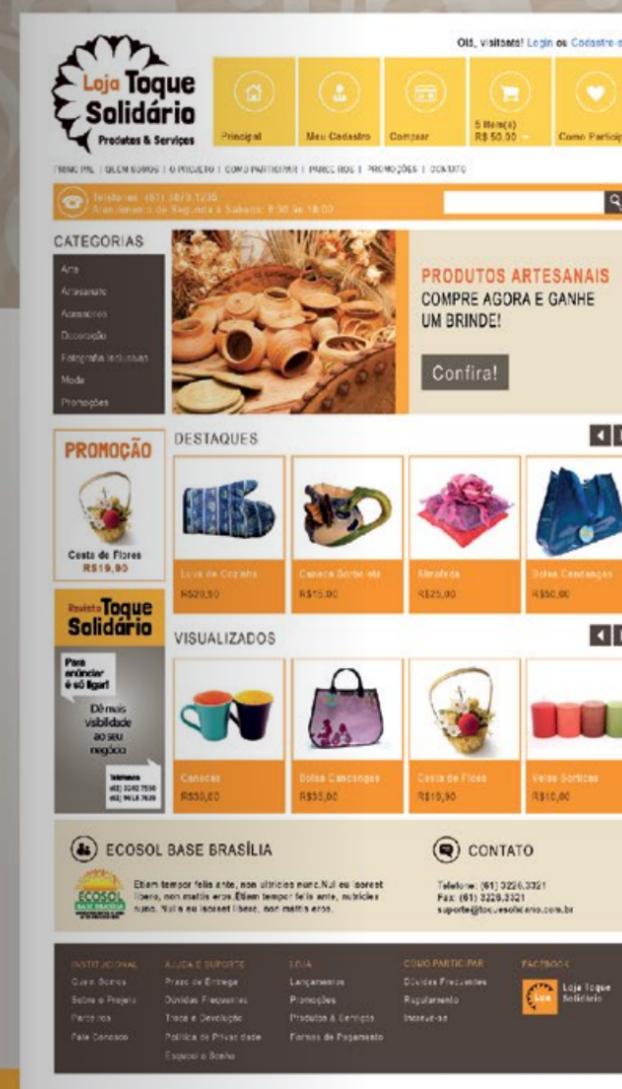
O empreendimento não paga para ter seus produtos na loja!

O que vender?

Tudo que se encaixar no negócio solidário.

Como participar?

Faça sua inscrição e exponha seu produto ou serviço.



A loja virtual Toque Solidário é uma proposta da Ecosol Base Brasília para promover atividades de geração de renda, fortalecendo as práticas e os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, além de ampliar acesso ao mercado. Participe!

www.ecosolbasebrasil.com.br





soluções gráficas

SIG Q. 8 - lote 2265
Parte D - Térreo
Brasília / DF | CEP.: 70610-480

FONE/FAX: (61) 3344.9978
E-MAIL: hsolucoesbsb@gmail.com